



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LEI Nº 011/99

**“INSTITUI E REGULAMENTE O SERVIÇOS
PÚBLICO ALTERNATIVO DE TRANSPORTE
INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A Câmara Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso aprovou, e eu Prefeito Municipal, **VILSON PIRES**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Paranatinga-MT, o serviço público alternativo de transporte individual de passageiros a ser realizado por meio de motocicletas de aluguel, com a denominação “**MOTO-TAXI**”.

Parágrafo Único: O serviço de transporte “moto-taxi” constitui serviço de interesse público relevante e somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização do órgão competente deste município, através de “**TERMO DE PERMISSÃO**” e “**ALVARÁ DE LICENÇA**”, nas condições estabelecidas por esta Lei e demais atos normativos a serem expedidos pelo Poder Executivo Municipal;

Art.2º - Os veículos a serem utilizados no serviço de que trata a presente lei, deverão Ter potência mínima de 125 (cento e vinte e cinco), cilindradas, 02 (duas) rodas, Ter idade máxima de 03 (três) anos, conter a inscrição lateral “moto taxi”, estar em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, tudo comprovado através de vistoria prévia promovida pelo setor competente do Município;

Parágrafo Único: A vistoria previa averiguará o estado geral de conservação e higiene da motocicleta, além dos freios, bancos, uso de “mata-cachorro” e sinalização e equipamentos determinadas pela presente lei e pelas leis e regulamentos de trânsito;

Art.3º - Os veículos não poderão transportar mais de 01 (um)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

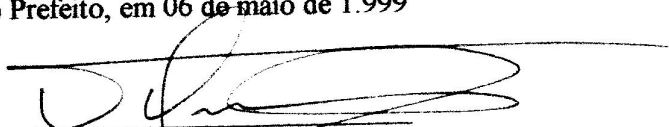
d) A cada 02 (dois) anos poderá ser feita revisão do número de motocicletas de aluguel, considerando-se eventual crescimento populacional.

Art.19º- O prefeito fica autorizado a efetuar por meio de Decreto, a regulamentação suplementar da presente lei;

Art.20º- As autorizadas terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem as disposições desta lei;

Art.21º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 06 de maio de 1.999


VILSON PIRES
PREFEITO MUNICIPAL





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

a sua segurança;

Art. 16º- A inobservância de quaisquer disposições desta lei, sujeitara os infratores as seguintes penalidades aplicadas separada ou cumulativamente:

I – advertência por escrito;

II-multa de até 30 UFIR unidade fiscal do município, podendo, em caso de reincidência ser de até 100 UFIR;

III-suspensão ou cassação da autorização;

Inc. 1º- As penalidades de advertência mencionarão expressamente o dispositivo legal infringido e conterão, o prazo para atendimento da determinação e a providências necessárias ao saneamento das irregularidade detectadas, bem como o valor da multa diária caso não cumprida no prazo fixado;

Inc. 2º- Das penalidades poderá a permissionária recorrer ao prefeito, no prazo de dez (10) dias, com efeito suspensivo.

Inc. 3º- Em qualquer caso, respeitar-se-ão sempre, o princípio do contraditório;

Art. 17º- Caberá ao órgão competente do município, todas as atividades normatizadoras e fiscalizadoras do serviço de moto-taxi, ficando para tanto, autorizada a celebrar convênios de parceria com Polícia Militar e com o DETRAN/MT., para o fiel cumprimento do disposto na presente Lei.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, através do órgão competente, ministrará Cursos de Direção Defensiva e de primeiros socorros, aos profissionais do serviço de Moto-Taxi no Município de Paranatinga.

Art.18º- Para definição do número de motos-taxi que poderão funcionar e ser instaladas no município, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- a) Número de habitantes;
- b) Proporção máxima de 01 (uma) motocicleta de aluguel para cada 1.000 (um) mil habitantes;
- c) Quantidade máxima de 24 (vinte e quatro) motocicletas no município;





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Art.13º- Sem prejuízo do cumprimento dos demais deveres legais e daqueles estipulados na presente lei, e nas leis de trânsito, o piloto motociclista deverá:

I- dirigir o veículo de modo a proporcionar segurança conforto e regularidade de viagem a seu passageiro;

II- abster-se de ingerir bebidas alcóolicas ou substâncias tóxicas de qualquer espécie durante o serviço ou antes dele;

III- abster-se do uso de qualquer espécie de arma durante o serviço;

IV- tratar o passageiro com urbanidade e respeito;

V- trabalhar devidamente uniformizado;

VI- Nunca trafegar na contramão de direção;

VII- obedecer todas as placas de sinalização;

VIII- nunca ultrapassar os limites legais de velocidade;

IX- usar os equipamentos de segurança;

X- não recusar passageiros, salvo nos casos previsto em lei e aos embriagados, portadores de doenças infecto contagiosas e trajes inadequados;

XI- cobrar somente o preço fixado em tabela, vedado o acordo de preço dentro do perímetro urbano;

Parágrafo Único: Para os fins desta lei, a velocidade máxima no perímetro urbano permitida será de 30 Km por hora;

Art.14º- As pessoas autorizadas recolherão por ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) ao erário municipal, anualmente a quantia de 50 UFIR para motocicleta em atividade.

Parágrafo Único: Constatada a inadimplência, poderá o Poder Executivo suspender os serviços da autorizada pelo tempo que julgar necessário e não atendido, cassar a autorização;

Art. 15º- É reservado ao usuário o direito de definir o trajeto a ser realizado até o seu destino, salvo existência de obstáculo que dificulte ou coloque em risco



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

V- número do cadastro na motocicleta.

Art.11º- O poder publico municipal não poderá ser responsabilizado por qualquer dano pessoal, material, estético ou moral decorrente de acidente que vitime condutor e ou passageiro das motocicletas em atividade no serviço de que trata esta lei, salvo quando os danos forem causados por agentes do próprio poder público municipal.

Parágrafo Único: para cobertura de eventuais danos pessoais, as autorizadas, além do seguro obrigatório (DPVAT), firmarão apólice de seguro de acidentes pessoais para o condutor, passageiro e de responsabilidade civil, com seguradora idônea, estabelecendo indenizações em caso de morte acidental, invalidez, danos pessoais e despesas médico/hospitalares, com cobertura mínima de:

- a) 10.000 UFIR s, em caso de morte;
- b) 15.000 UFIR s, em caso de invalidez;
- c) 6.800 UFIR s, para despesas médicos/hospitalares;

Art.12º- Só será aceito como prestador de serviço, interessados previamente cadastrados e que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- I- Possuam carteira de habilitação especifica a mais de ano;
- II- Comproven domicílio neste município, a mais de ano e dia;
- III- Portem documentos pessoais de identidade e CPF;
- IV- Possuam titulo de Eleitor deste Município;
- V- Apresentem certidão negativa de ação criminal desta comarca e da comarca de seu último domicilio;
- VI- Apresentem carteira de saúde, atualizada;
- VII- Possuir comprovante do Curso de Direção Defensiva e de primeiros socorros, fornecidos pelo órgão competente do Município.

Parágrafo Único: Ficam as autorizadas obrigadas, a recolher o imposto do IPVA- Imposto de Propriedade de Veiculo Automotores, no Município de Paranatinga, e emplacadas na categoria de cor vermelha.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Art. 6º- A autorização será concedida a título precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, se a autorizada deixar de atender as exigências legais e, notificada, não adotar as providências destinadas a regularização da situação, no prazo legal.

Art. 7º- Toda autorização pressupõe a prestação de serviço adequado, impõe a remuneração do serviço e importa na permanente fiscalização por parte do poder público.

Art.8º- As tarifas do serviço ora instituído, que serão aprovadas pelo Poder Executivo, não poderão ser superiores ao dobro da tarifa do transporte coletivo urbano praticado nesta cidade;

Parágrafo Único: Quando em operação os condutores deverão portar a tabela de tarifas em vigor e colocadas sempre em lugar bem visível ao usuário;

Art.9º- As autorizadas somente poderão utilizar no serviço as motocicletas dotadas dos seguintes acessórios:

- I- Suporte para os pés do usuário passageiro;
- II- Alça metálica lateral à qual possa se segurar;
- III- Cano de descarga revestido com material isolante em sua lateral, para evitar queimaduras ao passageiro;
- IV- Faixa padrão com fundo amarelo contendo inscrição **MOTO TAXI**, em cor vermelha com dimensões de 10x25cm, em cada lateral do tanque de combustível.

Art.10º- Ao pessoal de operação do serviço de moto-taxi compete:

I- dispor de 02 (dois) capacetes com viseiras, para uso obrigatório do condutor e do passageiro;

II- usar o colete de identificação, pintado com tinta fosforescente, contendo o número do cadastro do condutor autorizado nome da autorizada com o seu respectivo código;

III- transportar toucas, descartáveis ou esterilizáveis, para uso do passageiro;

IV- usar luvas;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

passageiro de cada vez sendo rigorosamente proibido o transporte de passageiros no colo, e de menores de 07 (Sete) anos sem autorização expressa dos pais;

Inc.1º- É vedado o transporte de passageiros com volumes ou malas de médio e grande porte, capazes de colocar em risco a segurança do condutor e do passageiro.

Inc.2º- É facultada, porém, aos prestadores de serviços a adaptação de suas motocicletas, acoplado à sua parte anterior o equipamento conhecido como "churrasqueira", destinado ao transporte de pequenos volumes, para maior segurança e comodidade dos usuários.

Art.4º- As motocicletas poderão circular livremente em busca de passageiros e poderão apanhá-los em qualquer ponto da cidade, quando solicitadas pelos usuários.

Inc.1º- É proibido as motocicletas ficarem estacionadas nos pontos oficiais de paradas de ônibus e de taxis automobilísticos, só podendo fazê-lo a uma distância mínima de 100 (cem) metros.

Inc.2º- É proibido o embarque de passageiros de moto-taxi nos pontos de taxi convencional e nos pontos de ônibus coletivos, sendo passível de cassação da autorização nos casos em que se comprove a infração a este dispositivo;

Art.5º- Os serviços somente serão autorizados a pessoas físicas, de acordo com os Pontos Fixos, relacionados no Parágrafo abaixo, obedecendo o número de vagas por cada ponto, através de Alvará, concedidos pela Prefeitura Municipal, com validade máxima de 01 (um) ano, podendo ser renovada;

Parágrafo Primeiro: Ficam criados os Pontos Fixos para Moto-Táxi, na seguinte ordem:

- a) Av: Brasil Nº- 1.477, em frente à praça central, com 07 (sete) motos;
- b) Av: Bandeirantes Nº- 2.331, anexo Posto Alto Paranatinga Ltda, com 06 (seis) motos;
- c) Av: Bandeirantes Nº- 1.955, esquina com Travessa Campos, com 03 (treis) motos
- d) Av: Bandeirantes Nº- 1.247, na panificadora, com 01 (uma) moto;
- e) Av: Bandeirantes Nº- 1.583, Vila Concórdia, com 02 (duas) motos;
- f) Av: Brasil Nº- 1.373, ao lado da Pedra, com 05 (cinco) motos.
- g) Av. Bandeirantes s/nº Vila Concórdia / com 01 (uma) moto.

Parágrafo Segundo: Só serão criados novos pontos, com autorização Legislativa, e de acordo com o aumento populacional.

